

Como vislumbrar os lugares no/do Plantationoceno?: Vulnerabilidades nos fins de mundo(s)

How to envision places in/of the Plantationocene?: Vulnerabilities at the ends of the world(s)

Carlos Roberto Bernardes de Souza Júnior
carlosroberto2094@gmail.com

Resumo

Ante às generalizações do conceito de Antropoceno, a ideia do Plantationoceno visa colocar no centro da discussão o caráter topológico da dupla fratura ambiental e colonial. Desse modo, o presente ensaio visa problematizar de que modo os efeitos do Plantationoceno potencialmente se alastram nos mundos e nos lugares, gerando situações de vulnerabilidade. Para tanto, se realiza uma revisão bibliográfica articulada à reflexão teórica que associa discussões das cosmopolíticas, dos estudos de ciência e tecnologia, da decoloneidade e da filosofia ambiental com os referenciais da Geografia Cultural. Identifica-se que o Plantationoceno pode ser também entendido como uma condição geográfica que multiplica situações de vulnerabilidade e precariedade dos lugares. Esse processo transmuta lugaridades em fins de mundos que afetam as dinâmicas existenciais de seres humanos e não humanos, os situando em situações de (sobre)vivência entremeio às ameaças topocídicas.

Palavras-chave: Antropoceno; Precariedade; Sentido de Lugar; Fratura Ambiental e Colonial.

Abstract

In contrast with the conceptual generalizations of the Anthropocene, the idea of the Plantationocene aims to center the topological character of the environmental and colonial fracture. Thus, the present essay seeks to problematize how the effects of the Plantationocene potentially spread out in worlds and places, generating situations of vulnerability. To do so, it employs a bibliographical review and a theoretical reflection that brings together discussions of cosmopolitics, science and technology studies, decoloniality and environmental philosophy with Cultural Geography. It identifies that the Plantationocene might also be understood as a geographical condition that multiplies situations of places' precarity and vulnerability. This process transforms placeness into the ends of worlds that affect human and non-human existential dynamics, situating both in situations of survival amidst topocidic threats.

Keywords: Anthropocene; Precarity; Sense of Place; Environmental and Colonial Fracture.

Introdução

As transformações geossistêmicas ocasionadas pelas atividades produtivas hegemônicas conformam um contexto de exacerbados desequilíbrios socioambientais. O grau desses impactos é elevado a tal ponto que suscitou Crutzen (2002) e outros cientistas a popularizarem a noção de Antropoceno como uma forma de designar essa época. Ainda

que sem consenso quanto à datação, essa ideia demonstra a profundidade das metamorfoses planetárias em curso.

Como indica Lorimer (2016), para além da concepção estabelecida nas ciências naturais, a proposta do Antropoceno animou uma cena intelectual mais ampla. Entremeio a essa conjuntura ativa, multiplicam-se nomenclaturas alternativas e contra-hegemônicas que buscam colocar em foco as contradições dos processos que estão nas raízes do desarranjo planetário atual. Dentre essas, o Plantationoceno proposto em Haraway et al. (2016) e ampliado por Ferdinand (2022) coaduna para desvelar as condições geográficas da precariedade iniciada pelo colonialismo e sua difusão do sistema de plantations como ponto inicial para a crise ecológica, assim como a assimetria de seus desdobramentos no sul global.

Pautado nessa proposição, o ensaio enseja problematizar de que modo os efeitos do Plantationoceno potencialmente se alastram nos mundos e nos lugares, gerando situações de vulnerabilidade. Para tanto, parte de uma revisão bibliográfica associada à reflexão teórica que articula discussões da cosmopolítica, dos estudos de ciência e tecnologia, da decoloneidade e da filosofia ambiental com os referenciais das geografias culturais.

O ensaio se estrutura em três partes. Na primeira, busca evidenciar as limitações da concepção hegemônica do Antropoceno e indicar os potenciais contribuições da nomenclatura de Plantationoceno. Na seção seguinte, almeja explicitar como as dinâmicas desse período anunciam situações de fins de mundos, assim como suas consequências geográfico-existenciais. Na última parte, vislumbra como as condições de vulnerabilidade e precariedade desse período afetam os sentidos de lugar transmutados em fins de mundos.

Para além do Anthropos: vislumbres do Plantationoceno

Na condição de proposta de demarcação de uma nova época geológica, o Antropoceno surgiu como forma de colocar em evidência os impactos estratigráficos da ação humana no holoceno. Para o principal responsável por sua difusão, Crutzen (2002), seu marco inicial seria a revolução industrial. Embora ainda não haja um consenso na Comissão Internacional sobre a Estratigrafia, seu potencial semântico e reflexivo se popularizou e tornou-se recorrente entre aqueles que investigam problemáticas socioambientais relativas às mudanças climáticas (Lorimer, 2016).

Ao apontar os impactos de longa duração e situar uma narrativa escatológica dos tempos vindouros, o ideário antropocênico salienta as consequências de uma parte da humanidade agir como força geológica com amplos vestígios estratigráficos. Para o filósofo Toadvine (2021), o debate referente à delimitação dessa época demonstra como as transformações ecológicas no planeta também operam transfigurações na percepção espaço-temporal, no horizonte ético, nas agências político-culturais e no contexto epistemológico.

Segundo Bubandt (2017, p.135, trad.), o Antropoceno “nos convida a imaginar um mundo em que um futuro geólogo alienígena detecta evidências estratigráficas da presença dos seres humanos muito depois de termos sido extintos”. Em acordo ao que ressalta o antropólogo, há um caráter especulativo na concepção dessa época que provoca o imaginário acerca da própria efemeridade da espécie. Ao salientar os resíduos e sedimentos do *Anthropos*, ela demonstra uma paleontologia do presente que parece se anunciar na atual sexta onda de extinção em massa iniciado por grupos humanos (Bubandt, 2017).

A base para esse processo disruptivo dos geossistemas que conforma a epocalidade antropocêntrica é o nascimento da modernidade. Esse período é o horizonte de gênese da era extrativa que, além de remover os múltiplos “recursos” necessários ao projeto colonial europeu, também extraiu o *Anthropos* ocidental da Natureza. Essa cisão está na raiz da concepção universalizante dos seres humanos como culpados pela crise ecológica.

Essa linha do tempo iniciada na acumulação primitiva que possibilitou o modo de produção capitalista demonstra que não é a humanidade como um todo que está por trás das estratigrafias apocalípticas do presente. Conforme explica Tsing (2015), há um problema de nomenclatura referente à generalização de civilizações e populações em um *Anthropos* omniabarcante que pretere as particularidades causais dos processos destrutivos.

De fato, “agrupar essas mudanças antropogênicas em uma categoria indiferenciada de ‘Antropoceno’ oculta e despolitiza o papel específico do colonialismo” (Simpson, 2020, p.65, trad.). Essa denominação ignora as especificidades topológicas dos lugares que foram saqueados, colonizados e subalternizados para que as estruturas destrutivas/produativas contemporâneas fossem construídas. Nesse processo, o conceito constrói uma narrativa que apaga a história imperial do habitar colonial da Terra que operou a escravização dos negros afrodiáspóricos e engenharia global de paisagens direcionadas para a monocultura e extração mineral (Ferdinand, 2022).

O ideário de universalidade do Antropoceno, assim como das ciências modernas, fomenta uma aura de generalidade que subsume as particularidades das desigualdades de causas e de efeitos da fratura ambiental. De acordo com Araújo (2023), na alusão do *Anthropos* estão imbricados os padrões sociais, políticos, econômicos e culturais do sujeito moderno ocidental. Essa nomenclatura coloca todos como partícipes das relações expropriativas e destrutivas que causam os desarranjos geosistêmicos. Além disso, ela reforça a indiferenciação da humanidade característica da proposição de um conhecimento pretensamente universalizante centrado no homem branco ocidental (Davis et al., 2019).

Em contraponto a essa proposta, há outros ideários que visam salientar as condições matriciais da fratura ambiental contemporânea. Dentre essas, o conceito de Plantationoceno emerge como uma maneira de salientar o papel dos *plantations* como condição primária para a acumulação primitiva que possibilitou a emergência da revolução industrial e da globalização. Essa proposição teve gênese em uma mesa redonda realizada na Dinamarca em 2014 que reuniu pesquisadores das humanidades para discutir o Antropoceno. A discussão posteriormente foi publicada na revista *Ethnos* (Haraway et al., 2016) e no debate entre elas(es), surge a seguinte problemática:

Anna [Tsing]

As pessoas também se transformam em recursos alienados e foi esse movimento que permitiu a expansão do sistema *plantation*.

Donna [Haraway]

Talvez nós deveríamos propor uma palavra diferente para sinalizar isso? O Plantationoceno? Talvez esse seja um termo melhor e mais descritivo? [Risadas]
O capitalismo é um desenvolvimento tardio!

Anna [Tsing]

Nós temos que entender as dinâmicas pelas quais as plantas e animais são abstraídas para virar recursos que podem ser usados como investimentos. *Plantations* e abatedouros são os lugares onde isso ocorre. (Haraway et al., 2016, p.556, trad.).

Os *plantations* são tomados como o ponto inicial porque foram as condições nevrálgicas para desdobrar a colonização, a expropriação mineradora, a diáspora e escravização dos povos do continente africano, a massificação da agricultura padronizada e a institucionalização do racismo colonial. Similarmente à proposta de Capitaloceno difundida por Moore (2015), o Plantationoceno enfatiza a cisão das sociedades ocidentais face ao restante do planeta, uma divisão em que a Natureza e as pessoas se tornam recursos.

Conforme explica Wolford (2021), o conceito do Plantationoceno explicita como a estrutura da vida moderna se enraíza na forma de agricultura mormente implantada nas colônias e baseada na escravidão de humanos e não humanos – animais, plantas, fungos, rochas, solos, rios, etc. Tratam-se de economias e culturas de subordinação pautadas em lugares açotados pela espoliação que se sistematizou em ecocídios, genocídios, epistemicídios e topocídios dos que coabitavam as terras invadidas. No caso da violência afrodiaspórica contra os negros escravizados, essa condição foi agudizada pela sua transmutação forçada no combustível (des)humano que possibilitou a reprodução dos *plantations* que flagelaram Abya Yala e criaram as condições de hegemonização e industrialização do norte global.

Mais que transcender a nomenclatura antropocênica, o Plantationoceno constrói uma contra-narrativa que coloca no centro os *lugares* onde a *dupla fratura ambiental e colonial* se originou. Na perspectiva de Ferdinand (2022), essa dupla fratura é o problema primacial da crise ecológica, pois separa a história geológica e social da Terra. A fratura ambiental a distingue em função da oposição dualista entre natureza e cultura por um viés especista que viabilizou a escravização de entidades não humanas. A fratura colonial cinde o mundo entre colonizadores europeus e colonizados não europeus, brancos e não brancos e senhores e escravos que funda a distinção do norte e sul global.

Essa dupla fratura reduz o mundo à experiência homogeneizante do antropos como o homem, branco, heterossexual, patriarcal, cristão e anglo-europeu. Esse processo constitui um *habitar colonial* pautado no racismo ante as populações negras e indígenas e na escravização dos povos africanos (Ferdinand, 2022). Tal conjuntura transformou todos esses seres em coisas, recursos ou fontes de energia para essa forma hegemônica de habitar a Terra que ecoa nos flagelamentos afrodiaspóricos da violação das experiências, vidas e epistemes daqueles relegados ao porão do mundo que foram metamorfoseados em indivíduos dilacerados da dignidade de suas existências (Ferdinand, 2022).

Segundo Borràs-Pentinat (2023), o Plantationoceno demonstra uma perspectiva ética que articula a economia colonial à degradação da Terra e dos próprios seres humanos. Além disso, ela salienta os desequilíbrios ecossistêmicos da realocação sistemática de plantas, animais, rochas, fungos e pessoas que foram necessárias para o *plantation* (Haraway et al., 2016). Essa engenharia ecológica de paisagens ocasionou na produção política dos negros como seres fora-do-mundo, aqueles para quem a Terra foi recusada por meio do altericídio. Dessa maneira, implicou em uma cisão entre aqueles que habitam e os

que estão fora-do-solo, relegados à situação existencial de coisa ou de selvagem imposta pelo racismo colonial e seus ecos contemporâneos (Ferdinand, 2022).

Nas palavras de Myers (2018, p.53, trad.), o Plantationoceno sintetiza como “Aquilo que estamos testemunhando é a apoteose de quinhentos anos de violência colônia, capitalismo extrativo, supremacia branca e de húbriis do excepcionalismo humano”. O sistema industrial-alimentar destrutivo que foi e é conformado pelo *plantation* não é algo legado ao passado, mas uma realidade que retroalimenta o presente – conforme é evidente na continuidade do latifúndio, do ecocídio, do racismo anti-negro e da opressão dos povos ameríndios em Abya Yala. Dimensionar a realidade geográfica desse processo é uma maneira de salientar as consequências distópicas da aspiração antropocentrista do “progresso” centrado nas civilizações ocidentais.

Face à generalidade pretensamente apolítica do Antropoceno, o Plantationoceno salienta como as cicatrizes e feridas coloniais permanecem operantes como máquinas de disrupções geossistêmicas (Davis et al., 2019). Ao centrar-se em uma maneira injusta de habitar a terra, o conceito se propõe a desnudar as contradições e violências que retroalimentam a fornaça de vidas que são açoitadas pelas lógicas expropriativas do *plantation*. Baseado em Ferdinand (2022), Holzer (2023, p.236-237) sumariza que:

O Plantationoceno revela as **cinco dimensões fundamentais** deste habitar colonial. No **nível material e econômico** (...) designa a reprodução de uma economia de plantation sob várias formas; no **nível histórico** restabelece uma historicidade das mudanças ambientais globais (...); no **nível geográfico**, oferece a compreensão das relações e dependências das mudanças globais a partir da lógica da *plantation*; no **nível político**, designa a imposição mundial de uma economia de plantation; no **nível cosmopolítico** oculta a presença dos elementos não humanos.

O Plantationoceno é um caminho para compreender as relações de subordinação que extrapolam as fronteiras do campo e da fábrica (Ferdinand, 2022). Trata-se de entrelaçar as situações e dinâmicas relacionais que envolvem as problemáticas geográficas de ordens sociais, culturais, econômicas e ecológicas desigualmente produzidas pelos desarranjos que afetam os lugares que precarizam, ampliando suas vulnerabilidades. O conceito destaca as violências da anti-negritude, da escravização e da colonialidade incitadas pelo *plantation* que ecoam na continuidade da húbriis da imposição do habitar colonial.

Os arranjos de coabitação centrados na dupla fratura ambiental e colonial que permeiam essa época são assombrados por nexos extrativos convergentes ao viver e morrer *na, da e com* a Terra. Ao se consubstanciar como o modo hegemônico do habitar colonial, os *plantations* reduzem os mundos a mercados e recursos a serem consumidos. Plantas, rios, mares, minerais, animais e os outros coabitantes terrestres são transmutados e violentados pelas governanças extrativas da Natureza que se multiplicam no Plantationoceno.

Geografias dos fins de mundos no e do Plantationoceno

Os *plantations* são expressões espaciais de uma forma particular e antropocêntrica de articular a sociedade e a natureza por meio do antropocentrismo. Esse sistema se organiza por meio da manipulação extrema das entidades que nele estão envolvidas, articulando também doenças, decaimentos, vulnerabilizações, mortes e outras desordens (Wolford, 2021). As geografias do Plantationoceno são consubstanciadas pela expansiva precariedade dos lugares afetados pelos (des)arranjos do habitar. Tratam-se de cristalizações das fraturas ambientais e coloniais que emergem das capacidades de (sobre)vivência daqueles que lidam com as suas consequências no âmbito das experiências recorrentes de seus mundos-da-vida.

O Plantationoceno pode ser compreendido também como uma condição geográfica que se expande. Na perspectiva de Barua (2023), isso implica em vislumbrar como planta, planeta e *plantation* se arranjam em dinâmicas socioespaciais multiescalares desdobradas das economias vegetais do colonialismo. Por trás da *commodificação* dos mundos, existem articulações de existências que são ameaçadas em prol da expansividade dos mundos disruptivos dos altericídios definidores dos *plantations*.

De acordo com Ferdinand (2022, p.66), o Plantationoceno “estabelece conjuntos de humanos e de não humanos, as *plantations* – agrícolas, no sentido das plantas vegetais, ou industriais, no sentido derivado da palavra em inglês *plants* (fábricas) –, os lugares, os mecanismos e as organizações de produção, e os centros da cena e do tempo (ceno)”. Essa condição geográfica oferece arranjos de precariedades no entorno dos nexos expropriativos e espoliativos. Como discorre Carney (2020), os resíduos do *plantation* são evidentes nos padrões de conflito pela terra, agudizado no sul global, no racismo, especialmente a anti-negritude e o genocídio ameríndio, e nas extinções de múltiplas espécies animais e vegetais.

As bases desse processo são máquinas de transformar os mundos e seus coabitantes em mercadorias e recursos. Os enclaves criados pelas fraturas ambientais e coloniais do plantation expandem processos reificantes que destituem os *genius loci*, os massificando e adequando a análogos do chão de fábrica. Geossistemas, práticas tradicionais, corpos humanos e sentidos de mundo(s) são linearizados em prol da contínua monocultura e padronização imposta pelas temporalidades e espacialidades do *plantation*.

Esses processos reverberam diretamente nas condições sociais, culturais e existenciais daqueles que são clivados por essa epocalidade. Segundo Ferdinand (2022, p.67), o Plantationoceno expressa “uma estética da repetição, uma uniformização das plantas, das maneiras de consumir, de se vestir e de pensar o mundo”. Os *plantations* (re)produzem dinâmicas comunitárias caracterizadas pelas violências, as insularidades, os enclaves e as subordinações.

Substitui-se a diversidade das formações florestais, rios e vales, por geografias marcadas pela dominância exclusiva de uma dada espécie ou atividade, como foi o caso dos engenhos de cana-de-açúcar, dos *plantations* cafeeiros ou da mineração do ouro no Brasil colonial. No caso de Abya Yala, Aráoz explicita esse processo de expansão do Plantationoceno ao discorrer que, junto ao Estado moderno ocidental, “A mina e a plantação configuram a geografia biopolítica do poder soberano que se arroga o privilégio de ‘dar a terra à mercê’ e de dispor dos corpos que a habitam” (Aráoz, 2023, p.16).

Ambas situações de atravessamentos e subordinações a uma forma particular de organização habitacional se delineiam como consequências do especismo antropocêntrico e sua necessidade de padronização para alimentar a caldeira de corpos humanos e não humanos que move as engrenagens do modo de produção hegemônico. Essa geografia de violências afetou assimetricamente os corpos racializados dos povos ameríndios e dos negros escravizados relegados aos altericídios do porão do mundo.

A política do porão do tráfico negreiro consubstanciou rupturas ecumenais que cindiram mundos mais-que-humanos de convivialidade (Ferdinand, 2022). Nele, mundos com regimes alimentares, de terras, plantações, espíritos e múltiplos outros-que-humanos que foram violados e alijados pelo *plantation*. Nessa engenharia de cisões homogeneizadoras, os negros escravizados nas Américas foram tornados fora-do-solo por meio do estranhamento dos mundos de violência e negação a eles impostos. Cabe ressaltar, contudo, que essas lógicas eram contrapostas pelas irreverências dos povos ameríndios, das fugas quilombolas e de outras formas de reexistência da Abya Yala.

As *geografias à mercê* das dinâmicas expropriativas conformam horizontes desumanos de exclusão e violência tanto a nível global quanto local. Os mundos-da-vida tomados pelas tempestades do Plantationoceno (sobre)vivem entremeio às precariedades inerentes à dupla fratura colonial e ambiental. Desse modo, seus efeitos são intercorporificados e intersubjetivos, especialmente em razão da atmosfera apocalíptica e distópica que parece se anunciar no horizonte da intensificação das mudanças climáticas.

Para Danowski e Castro (2017), essa época pode ser definida pela possibilidade de fim da própria *epocalidade* das sociedades humanas, do desaparecimento da existência da espécie. Nesse sentido, há uma aterrorizante aura de ameaça que decorre da real chance de encerramento dos horizontes de futuridades para as sociedades humanas. Isso reverbera na proliferação de lugares que se situam em experiências coabitacionais de *fins de mundos*.

Se, como discute Holzer (2014), o *mundo* é partícipe da essência das coisas, ou seja, é algo que se remete ontologicamente ao ente que se interroga sobre seu sentido, abordar a perspectiva de cerramento desse horizonte implica em salientar o caráter fenomênico e existencial dessa epocalidade. A mundanidade refere-se a esse sentido basilar que eles ofertam para a fenomenalidade que acontece no acaso e no planejado, na presença e na ausência, conformando o princípio espaço-ontológico de vir-a-ser.

Os mundos experienciados pelos seres envolvem situações de engajamento, influência e formas de vida que se referendam em poder contar com suas condições, elemento que muitas vezes aparece nas narrativas orais por meio de suas evocações das paisagens (Abram, 1996). Como base para a experiência, os mundos são os horizontes porosos por onde os fenômenos ganham significação e materialidade consubstanciadas pelos coabitantes mais-que-humanos dos lugares.

Por esse ponto de partida, a epocalidade escatológica do Plantationoceno ocasiona no cerceamento de sentidos dos mundos, de forma a os conduzir seus potenciais pluritópicos rumo a experiências de padronização e destituição. O que torna essa situação particularmente alarmante para a constituição dos mundos experienciais é o fato de que, conforme discorrem Danowski e Castro (2017), as mudanças climáticas têm tornado o futuro *próximo* em algo crescentemente imprevisível. Essa situação ameaça existencialmente a concretude fenomênica dos mundos constituídos pelas dinâmicas corpo-sensoriais.

As condições e os sentidos de mundo mais afetadas são aqueles referentes às práticas culturais ligadas aos ciclos circadianos, atmosféricos, do comportamento dos

animais não humanos, das lógicas bioculturais de organização, dentre outras. Para elas, o ambiente se torna progressivamente ilegível, de modo a consubstanciar mundos precarizados por atmosferas afetivas referentes à instabilidade e os açoitamentos escatológicos. Como descrevem os ameríndios Tikmu'um, suas terras estão imersas entre céus, águas e ventos adoecidos de geografias (des)humanas imprevisíveis em que “Plantamos sementes e mudas, mas elas não crescem mais como antes. A terra está quente por dentro e por isso as sementes se queimam antes de brotar” (Maxakali; Maxakali, 2020, p.3).

Para os povos de Abya Yala ceifados pela violência colonial, os fins de mundo, como finitude de um horizonte existencial, começaram com as invasões das caravelas que instalaram o *plantation*. Isso pode ser evidenciado ao reconhecer que, “para os povos nativos das Américas, o fim do mundo já aconteceu, cinco séculos atrás. O primeiro sinal do fim foi dado no dia 12 de outubro de 1492, para sermos exatos” (Danowski; Castro, 2017, p.142). As geografias do fim do mundo incitado pelo *plantation* são devires de destruições.

Os *fins de mundo* multiplicados pelo Plantationoceno são as ravinas de corpos humanos e não humanos situadas pelos arranjos daqueles que deixaram-de-ser em função das violências da dupla fratura colonial e ambiental. No empilhamento de vidas destituídas, também se encontram os horizontes de mundo que foram cerceados e extirpados ante ao projeto de padronização e pasteurização de outras formas de coabitar a Terra, algo hipertrofiado no caso dos povos ameríndios, dos descendentes das expropriações afrodiáspóricas, dentre outros que foram relegados ao porão do mundo.

Entre aqueles que se encontram no olho da expansiva tempestade do Plantationoceno, a ideologia irracional do progresso infinito ganha corporeidade nas violações de direitos, no ceifar de vidas e nos desarranjos dos sentidos e identidades dos lugares preexistentes. As dinâmicas experienciais de coabitação dos seres humanos e não humanos nessas lugaridades afligidas pelo altericídio são açoitadas por lógicas alienígenas que violam seus arranjos existenciais de ser-na-Terra.

As fraturas do Plantationoceno expandem eventos com efeitos que afetam as identidades, as significações e a própria virtualidade da futuridade. Ao contemplar o horizonte do mundo, as comunidades de lugares cindidas pelos *plantations* vislumbram desarranjos imprevisíveis e instáveis que ameaçam seus mundos. As violências coloniais e racistas incitadas difundem geografias em que as prisões, as *plantations* e as periferias são

atreladas a uma geografia onde “a execução de lugares e pessoas é atada ao corpo, aos refugiados, ao perpetuamente sem vida e descartável” (McKittrick, 2011, p.952, trad.).

Ao estender as geografias do *plantation* para aquilo que era assumido como *terra nullis*, os invasores ocidentais também difundiram um modo de vida e de habitar orientado por um mundo específico. Esse padrão normalizado é pautado na racialização dos corpos negros e, segundo McKittrick (2013, p.7, trad.), é “especialmente evidente nos sítios de toxidade, decaimento ambiental, poluição e ação militarizada que são habitados pelas comunidades empobrecidas”. Desse modo, o racismo colonial continua na produção de geografias desumanas que determinam aqueles que são negados as condições do coabitar.

Os *fins de mundo* pulsam com as feridas e traumas coloniais que os caracterizam. Para além das ameaças físicas, o Plantationoceno nos coloca de frente com àquelas de ordem ontológica, política, cultural, ética, estética, corporal, espacial e cronológica que transcendem a ecologia, a geologia e a climatologia que protagonizam as discussões hegemonicamente ligadas às ciências naturais sobre o Antropoceno.

Em razão disso, considero que é primordial fazer eco à evocação de Ferdinand (2022, p.254): “Não é a ‘natureza’ que é um campo de batalha, *é o mundo!* O horizonte do ‘mundo’ contém *a polissemia acolhedora* de um conjunto aberto, que abrange os assuntos humanos e o planeta Terra com suas paisagens, sua fauna, sua flora”. Colocar os *fins de mundo* como cerne das ameaças aos lugares no Plantationoceno é um caminho para elucidar a faceta pluritópica e multidimensional do problema.

Conforme explica Wood (2019, p.106, trad.), o mundo “pode ser povoado por seres de diferentes tipos que de formas distintas abrem mundos, oferecem aberturas de mundos e abrem nossos olhos para mundos possíveis ao interromperem esse”. O que parece ser necessário não é pensar nas alternativas dentro *desse mundo hegemônico*, mas buscar alternativas que escapem dele – algo vislumbrado por Ferdinand (2022) e Carney (2020) no aquilombamento e por Krenak (2019, 2022) na florestania de base ameríndia. É imperativo reconhecer os *fins de mundo* para neles identificar os sentidos e lugaridades insurgentes ao Plantationoceno rumo a prognósticos e horizontes de luta pela (sobre)vivência.

Vulnerabilidades dos lugares nos fins de mundos

O Plantationoceno realiza um conjunto de disrupções geográficas que influenciam diretamente na maneira como os seres coabitam no planeta. As fraturas ocasionadas por seus efeitos são sentidas em diferentes escalas e possuem um desdobrar agudizado na dimensão experiencial dos lugares. Em razão disso, as lugaridades são os *loci* privilegiados para observar as topologias da dupla fratura ambiental e colonial.

Os seres humanos, assim como outras entidades não humanas, são moldados e afetados pelos lugares onde estão, pois, como aponta Abram (1996, p.159, trad.), “nossos ritmos corporais, nossos humores, ciclos de criatividade e quietude e mesmo os nossos pensamentos são prontamente engajados e influenciados pelos padrões mutáveis da terra”. Partilhados de forma intercorporificada e intersubjetiva, os lugares são contextos relacionais indissociáveis de seus coabitantes. Cada lugaridade é expressão de fenômenos emergentes da coabitação e existencialidade que significa e define os espaços geográficos.

Segundo Casey (2001), os seres estão/são nos lugares à que estão sujeitos na mesma medida em que esses lugares fazem parte de suas condições de ser-no-mundo. Os seres são/estão incorporados aos lugares em função de serem fundantes para a própria expressão do modo de ser de cada lugar. Como decorrências da mundanidade, os lugares emergem do potencial expressivo e relacional que embasam a experiência geográfica.

Na condição de fenômenos convergentes entre mundos humanos e não humanos, os lugares entrelaçam distintas formas de intersubjetividades coabitacionais que se projetam e significam os espaços. As tessituras das lugaridades são permeados pelas tramas sensoriais e afetivas que transmutam uma localidade indiferenciada em um lugar significativo ao semear modos de vir-a-ser-com pautados na coabitação. Os lugares são confluências de características ambientais, culturais, imaginativas, sociais, animistas, materiais e imateriais.

Um lugar abarca dimensões intensivas das multiplicidades de afetos a ele direcionado e simultaneamente por ele produzidos. Os lugares vividos pelos seres também vivem neles, pois se tornam partes de seus corpos, tornando-os *loci* de sentidos visíveis e invisíveis da lugaridade partilhada como situacionalidade existencial tornada topológica em função de um conjunto multidimensional de coexistências no e do mundo (Trigg, 2012).

Ressalta-se que os sentidos de lugar também podem envolver afetos negativos de estranhamento, medo ou angústia, como destaca Lorimer (2019). O caráter ontológico das lugaridades decorre das reciprocidades dinâmicas dos mundos-da-vida e da maneira

como as espacialidades ganham definição e significado por meio das experiências e dos fenômenos de encontros com os horizontes mais-que-humanos da realidade geográfica.

Como espaços definidos e significados pelas experiências de ser-no-mundo, os lugares são clivados pelos *fins de mundo* difundidos pela expansão do Plantationoceno. De acordo com Ferdinand (2022), essa epocalidade é permeada pela escravização de grupos de humanos e não humanos que subordina o mundo ao habitar colonial do *plantation*, uma Terra sem *manman*. Nos padrões extrativos e de violência, tanto os lugares como os seres a eles relacionados são flagelados pelas fraturas existenciais do Plantationoceno.

No horizonte do pensamento ameríndio, essa cisão das integrações fundacionais com Terra “está nos deixando órfãos, não só aos que em diferente graduação são chamados de índios, indígenas ou povos indígenas, mas a todos” (Krenak, 2019, p.24). Ceifados da Mãe Terra, os humanos são transformados em seres interditados do solo onde as lugaridades mais-que-humanas das geografias coabitacionais são semeadas, polinizadas e frutificadas.

O problema ontológico que decorre dessa constatação é que simultaneamente temos de reconhecer, como o fez Dardel (2011, p.43, grifo no original), que “É a Terra que, podemos dizer, *estabiliza* a existência”. A instauração de horizontes de *fins de mundos* afeta essa dimensão fundacional da experiência geográfica porque açoita as potencialidades de consolidação das lugaridades como topologias dessa estabilização coexistencial da Terra que está na origem da geograficidade. Isso leva a questionar como ficam, então, os lugares quando a regra se torna a instabilidade existencial nos *fins de mundos* do Plantationoceno?

Clivados da Mãe Terra e em uma Terra ceifada de *manman*, os lugares são violentados e tomados pelas intempestivas paisagens de precariedades vivenciadas por aqueles que neles coabitam. Entre a mina, a fábrica e a plantação, os lugares no olho da tempestade do *plantation* se tornam a cristalização do ideário de *fins de mundo*. A fragilidade dessas situações pode ser evidenciada no fato que um dos sentidos corriqueiros para a expressão *fim de mundo* é a de utilizá-la para se referir a locais vulnerabilizados e distantes dos centros, muitas vezes marcados pela hegemonia das *commodities* ante a vida.

Coabitar os *fins de mundo* é (sobre)viver às escatologias cotidianas e suas múltiplas incertezas permeadas por angústias intercorporificadas e intersubjetivadas. Os seres envoltos nas teias de arranjos que escapam a previsibilidade incorporam lugaridades de vulnerabilização. Nesse processo, a precariedade se torna a condição-chave da

definição, do sentido e da experiência de lugar e de futuridade para as dinâmicas de ser-no-mundo desses lugares flagelados pelas atividades extrativas do *plantation*.

Para Tsing (2015), a precariedade é definida pela condição de estar, ser e tornar-se *vulnerável aos outros*, especialmente na situacionalidade de encontros que extrapolam ao controle. Ante a possibilidade de se amparar em uma comunidade estável ou em arranjos recorrentes que garantem horizontes de futuridade, estar e ser nos lugares precarizados, nos *fins de mundo* da linguagem corriqueira, envolve a constante luta pela (sobre)vivência entremeio às ameaças e os ciclos viciosos do Plantationoceno. Essas condições redefinem e ressignificam as lugaridades com novos sentidos da vulnerabilização e do altericídio.

A vulnerabilidade é uma condição decorrente da potencialidade de ser *ferido(wounded)*, como argumentam Joronen e Rose (2020). Estar vulnerável é como ter uma laceração aberta que está continuamente disposta a se infeccionar, a ameaçar nossa existência e vida. Embora ela possa ser envolta por algum tipo de proteção, a condição de vulnerabilidade não pode ser inteiramente “curada”, ela é algo que expõe a fragilidade existencial daqueles que a ela estão envolvidos (Joronen; Rose, 2020).

A vulnerabilidade e, por consequência, a vulnerabilização é algo que excede e influi do poder porquanto é um desdobramento dos encontros com problemas que ultrapassam a soberania e controle dos corpos (Joronen; Rose, 2020). Nas palavras dos autores, “ela marca a situação em que nós (e todos os seres vivos) somos apenas *expostos a*” (Joronen; Rose, 2020, p.8, trad., grifos no original). O fenômeno afetivo da vulnerabilidade salienta a sensação corpo-perceptiva de impotência face às precariedades.

Para Joronen e Rose (2020), ela é uma forma de des-poder (*un-power*) experienciada como fratura dos poderes e capacidades de reação que não conseguem mudar a situação de *ferimento* intrínseca à vulnerabilização. Do ponto de vista dos lugares que se transmutam em *fins de mundos* no Plantationoceno, a vulnerabilidade é uma consequência da expansão de arranjos imprevisíveis e destrutivos que violam determinados arranjos existenciais de ser-na-Terra.

Entremeio aos horizontes de precariedade decorrentes das vulnerabilizações, os lugares ambiental e colonialmente fraturados pelos desarranjos do Plantationoceno adquirem contornos distópicos. Em confluência ao que problematiza McKittrick (2013) sobre os negros, alguns vivem o *invivível* em lugaridades condenadas à marginalização, racialização, escravidão, morte e supressão da possibilidade de fomentar lugares virtuosos

dotados de futuridade intergeracional. A vitalidade desses lugares precarizados e tornados *fins de mundos* é extraída por meio das feridas que os açoitam, agudizando suas vulnerabilidades.

De acordo com a geógrafa, esses processos “transformam certos lugares em geografias desumanas (*inhuman*) em revés a humanas” (McKittrick, 2013, p.7, trad.). Vislumbrar os lugares do Plantationoceno é tomar por cerne os *ferimentos* e traumas do *invivível* que conformam as subordinações à desumanidade das máquinas de transmutação de lugaridades em *fins de mundos*. As precariedades desumanas das violências extrativas afligem existencialmente a própria condição do coabitar que está no âmago do ser-no-e-do-mundo: os seres e os lugares são feridos e vulnerabilizados.

Isso é evidente quando as pessoas e seus lugares se tornam *danos colaterais* para as práticas de topocídio incentivadas pela transformação dos mundos em *fins* para os agentes hegemônicos (re)produtores Plantationoceno. Como observado nos topocídios dos rompimentos das barragens da Vale em Mariana/MG e em Brumadinho/MG na década de 2010, a violência extrativa transforma os seres humanos e não humanos em coisas e recursos a serem exauridos *ad nauseum* para alimentar as caldeiras que movem o modo de produção.

Marandola Jr (2021) explicita que esses fenômenos topocídicos causam comoção e indignação porque não somente atingem esses grupos onde estão mais vulneráveis, em seus lares, mas também porque afligem lugaridades que fundamentam suas próprias existências. Na vulnerabilização topocídica, as *feridas* dos lugares são aguçadas e salientam as atmosferas afetivas de impotência partilhadas pelos lugares que também podem ser flagelados, retroalimentando nexos de incertezas, imprevisibilidades e precariedades.

A vulnerabilização dos lugares é uma consequência da dupla fratura ambiental e colonial que situa uma parcela ínfima de uma determinada espécie como soberana da Terra e dos mundos de significados que podem ser nela semeados. Há hoje variados *fins de mundos* que são lugaridades coabitadas em arranjos vulneráveis de precariedade, marcados pela instabilidade de *geografias desumanas*. Trata-se de um açoitamento de geografias e futuridades coabitacionais, de lugaridades pretéritas e potenciais que são suprimidas ou precarizadas no seio dos genocídios, ecocídios, epistemicídios, altericídios e topocídios multiplicados pelo habitar colonial – vulnerabilidades que são amplificadas nos lugares

afrodiaspóricos, ameríndios e dos não brancos que foram condenados aos porões do mundo.

As futuridades interditadas pelos sentidos distópicos do Plantationoceno infeccionam as *feridas* das vulnerabilidades dos lugares. Impossível de escapar completamente das consequências dessa epocalidade, as lugaridades são contaminadas pelas precariedades existenciais, influenciando também nos corpos dos seus coabitantes. Nesse processo, as condições de (sobre)vivência da Terra influem em horizontes de violências geográficas e extrativas que marcam as vidas vulnerabilizadas de pessoas e lugares despedaçados pelos desequilíbrios geossistêmicos que se alastram.

Na ubiquidade das mudanças climáticas, os desafios para os lugares vulnerabilizados e suas populações são agudizadas em função de múltiplas problemáticas. Essas incluem as dificuldades de acessos a necessidades básicas para a existência (terra, água potável, ar respirável, etc), assim como de infraestruturas, instituições ou mesmo do respeito aos direitos, como argumenta Demos (2016). Os lugares nos e dos *fins de mundo* são marcados por essas ausências combinadas às precariedades experienciais.

A questão nevrálgica, assevera Ferdinand (2022, p.150), é que “O que acontece com a Terra, com os solos e com as florestas repercute no próprio corpo dos humanos, assim como em suas condições de vida sociais e políticas, e vice-versa”. Subjugados, *feridos* e vulnerabilizados pelo habitar colonial e sua escravização de humanos e não humanos, os lugares são tomados pelos desarranjos intercorporificados. Lugaridades ressignificadas como *fins de mundo* são assombradas pela angústia de mundanidades potencialmente arrasadas onde os desequilíbrios geossistêmicos ameaçam as (sobre)vivências.

Semelhante ao que afirma Marandola Jr (2021), cabe ressaltar que as violências e as opressões normatizam comportamentos que cerceiam mundos-da-vida e podem tornar o próprio sofrimento e a precarização da existência como definidores do sentido dos lugares. Na ubiquidade virulenta dos efeitos das mudanças climáticas do Plantationoceno, os corpos e lugares se transmutam em das geografias desumanas das topofobias e topocídios que latejam das *feridas* da dupla fratura colonial e ambiental.

As violências extrativas, a intensificação das ondas de calor, as secas prolongadas e os desarranjos geossistêmicos que *ferem* os lugares garantem a continuidade da distopia apocalíptica do Plantationoceno. Nas conjunturas de agudização das mudanças climáticas decorrentes do habitar colonial, a dependência humana que antes era *local* toma

proporções globais. Wood (2019) incita que o que se coloca como questão na confluência das vulnerabilidades dos lugares é o nosso direito a (sobre)viver junto e em condições de ser-com os outros coabitantes terrestres.

Essas lugaridades nos *fins de mundo* consubstanciam também enfrentamentos, contra-hegemonias e formas de convivência nas fissuras das vulnerabilidades que visam buscar laços para outras intersubjetividades e sociabilidades. Como evidencia Bubandt (2017, p.137, trad.), essas geografias também são coabitadas por “constelações emergentes e inesperadas de vida, não vida e pós-vida”. Esses arranjos demonstram capacidades transformativas do ser-no-mundo que podem enfrentar a dupla fratura colonial e ambiental.

Resistências podem ser exemplificadas nos quintais e jardins dos negros escravizados e nas plantações dos quilombolas no Brasil e em outros *loci* de Abya Yala. Carney (2020, p.8, trad.) descreve esses lugares como “ilhas de agrobiodiversidade disruptiva ao mar da monocultura de *commodities*”. Nesse sentido, as criações para autossustento, as práticas de quilombamento e a frutificação de paisagens de alimentos tropicais foram e são lugares de reexistência e enfrentamento aos nexos hegemônicos da estética de repetição do Plantationoceno. Os quilombos são refúgios bioculturais de convivialidade, de conhecimento ancestral e de partilha da terra entre reciprocidades mais-que-humanas face às geografias de despossessão dos afrodescendentes (Carney, 2020).

Os enfrentamentos ameríndios, quilombolas e camponeses suscitam que ante a considerar que tudo está perdido e que o que nos cabe é aceitar as condições de precariedade e vulnerabilização dos lugares, faz-se fundamental fomentar a amplificação das lutas e fugas dos *fins de mundo*. Reexistir para fazer frente a esses processos perpassa por arquitetar formas de coabitar que somem lugaridades humanas e não-humanas para dinamizar multiplicidades de alianças de ser-com e de ser-no-mundo, reabilitando práticas cooperativas e sentidos matriciais da conexão *com, na e da* Terra.

Faço eco às evocações de outros mundos, universos e horizontes intersubjetivos pautados em refazer uma Terra *commanman* e humanos *com* Mãe Terra, salientando as potencialidades de arranjos pluritópicos que enovelem múltiplas entidades humanas e não humanas. Enfrentar a dupla fratura ambiental e colonial que vulnerabiliza os lugares nos e dos *fins de mundos* é também reconhecer que desde suas origens os *plantations* inspiram insubordinações revoltosas face às geografias de vulnerabilidade e precariedade escatológicas. Faz-se basilar encarnar as práticas de quilombolamento, de

irreverências ameríndias e de outras estratégias plurais articuladas por horizontes coletivos de disrupções face às violentas engenharias de paisagens altericídicas do Plantationoceno.

Pessoas, plantas, micróbios, fungos e muitos outros seres fugiram fisicamente e socialmente dos *plantations* coloniais e hodiernos, criando múltiplas estratégicas cooperativas de enfrentamento. Tratam-se dos quilombos, mocambos, palenques e outras formas de comunidades humanas e não-humanas que extrapolam as fronteiras e limites do habitar colonial (Ferdinand, 2022). As alianças, parcerias e lutas *por, com e nos lugares* vulnerabilizados conformam as reexistências irreverentes daqueles que se rebelaram reside a potência da reinvenção entre as fissuras das imposições do porão do mundo.

Face ao prognóstico escatológico, Krenak (2022, p.30) posiciona que o fim do mundo potencialmente é “uma breve interrupção de um estado de prazer extasiante que a gente não quer perder”. O que está em risco é essa maneira colonial hegemônica de habitar a Terra centrada nas crescentes violações de entidades mais-que-humanas. Ele incita que nas polinizações de outros imaginários e experiências preteridos pela modernidade, pode ser possível encontrar caminhos para a transfiguração e a metamorfose, de (sobre)viver por meio da constituição de lugares reexistentes em convivialidade.

Por mais que haja a hegemonia de um Plantationoceno destruidor de mundos e lugaridades, ainda existe uma Terra para ser (re)tomada por aqueles que foram relegados aos porões do navio da história. Transgressões de dentro e fora do sistema, propostas agroecológicas, ecossocialistas, de florestania e de quilombamento conformam tramas da insubordinação de ser-no-e-do-mundo face à metamorfose de lugares em *fins de mundo*.

Semear outros mundos possíveis e articular caminhos para um *Deplantationoceno*, como propõe Chartier (2021), envolve evocar quebras com as práticas hegemônicas do *plantation*. Múltiplos atores envolvidos nos mais de cinco séculos de resistências pós-apocalípticas afro-diaspóricas, ameríndias, comunitárias, ribeirinhas, camponesas etc., demonstram que ainda há parceiras a serem costuradas em prol de nos remover do Plantationoceno rumo a outras epocalidades e lugaridades.

Nas palavras de Ferdinand (2022, p.230) “trata-se da tomada de consciência de que as lutas antirracistas, as lutas políticas pela igualdade pós-colonial e pela igualdade das mulheres, as lutas contra o Plantationoceno são os caminhos para reencontrar nossos corpos-em-perda e as matrizes da Terra”. Reiterar o sentido intercorporal e intersubjetivo como pauta para esses enfrentamentos é reconhecer que existem múltiplos *fins de mundos* vulnerabilizados que estão envoltos nas trilhas para (re)tomar a Terra.

Valorizar as potencialidades e reconhecer as vulnerabilidades dos lugares, especialmente aqueles generalizados como *fins de mundo*, esquecidos no fundo do porão do navio, é um dos caminhos para o desembarque dos porões do Plantationoceno. O *Deplantationoceno* a ser construído em coabitação precisará certamente lidar com as ruínas topocídicas e tofóbicas, o que envolverá (re)aprender a ser-com e devir-junto em horizontes mais-que-humanos, arquitetando lugares que superem as geografias desumanas.

Considerações finais

Como vislumbrar os lugares no e do Plantationoceno? Um primeiro passo para responder à pergunta incitadora desse ensaio é evidenciar as consequências existenciais que tornam as lugaridades em *fins de mundos*, cerceando suas possibilidades e futuridades. Sem reconhecer os impactos da dupla fratura colonial e ambiental, permaneceremos nas generalizações do Antropoceno que ocultam o caráter topológico e racista da crise ecológica.

Outra trajetória importante é evidenciar como as vulnerabilidades *ferem* os lugares e os assombram com mundanidades potencialmente arrasadas. Entender o caráter intersubjetivo e intercorporificado pelo qual a vulnerabilização transmuta os sentidos de lugar em nexos angustiantes, tofóbicos e topocídicos colabora para colocar no centro as problemáticas espaciais, políticas e ontológicas do Plantationoceno.

Simultaneamente, por mais que seja hegemônico, o *plantation* possui fissuras que ofertam caminhos para a continuidade de resistências e reexistências pautadas nas convivialidades dos lugares que associam os múltiplos seres relegados ao porão da modernidade. Face à estética da repetição, há horizontes de lugares feridos, mas que (sobre)vivem e criam múltiplas estratégias de enfrentamento que reiteram as virtualidades de ser-no-mundo, como demonstram as irreverências dos quilombolas e dos ameríndios.

É fundamental se deslocar de concepções *onde os mundos são fins* e, portanto, multiplicadores de lugares tornados *fins de mundos* rumo a concepções abertas, porosas e comunitárias de outros mundos de coabitação entre humanos e não humanos. Cultivar arranjos de cooperação pode ser uma trama para lutar rumo à transformação dessa epocalidade em um *Deplantationoceno* que (re)tome a relação matricial de *lugaridades cultivadas na convivialidade com a Terra*, a restituindo de *manman*.

Referências

ABRAM, D. *The spell of the sensuous: perception and language in a more-than-human world*. New York: Vintage Books, 1996.

ARÁOZ, H. M. “América”: Mina e plantação. Uma perspectiva decolonial sobre as origens do “Antropoceno”. *GEOgraphia*, v.25, n.55, p.1-24, 2023.

BARUA, M. Plantationocene: a vegetal geography. *Annals of the American Association of Geographers*, v.113, n.1, p.13-29, 2023.

BORRÁS-PENTINAT, S. Del Antropoceno al Ecoceno: propuestas jurídicas de la transición ecosocial para el cuidado de la vida. *Revista Iberoamericana de Estudios de Desarrollo*, v.12, n.1, p.242-275, 2023.

BUBANDT, N. Hauntedgeologies: spirits, stones, and thenecropoliticsoftheAntropocene. In: TSING, A. Et Al (Orgs.) *Arts of Living on a damaged planet: Ghosts*. University of Minnesota Press: Minneapolis, 2017, p.67-86.

CARNEY, J. A. Subsistence in the Plantationocene: dooryard gardens, agrobiodiversity, ad the subaltern economies of slavery. *The journal of peasant studies*, v.48, n.5, p.1-25, 2020.

CASEY, E. S. Body, Self and Landscape: A geophilosophical inquiry into the Place-World. In: ADAMS, P. C.; HOELSCHER, S.; TILL, K. E. (Orgs.) *Textures of place: exploring humanist geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001, p.403-425.

CHARTIER, D. The Deplantationocene: listening to yeasts and rejecting the plantation worldview. In: BRIVES, C.; REST, M.; SARIOLA, S. (Orgs.) *With Microbes*. Manchester: Mattering Press, 2021, p.43-63.

CRUTZEN, P. J. The “anthropocene”. *Journal de Physique IV France*, v.12, n.10, p.1-5, 2002.

DANOWSKI, D.; CASTRO, E. V. *Hámundoporvir?* Ensaio sobre os medos e os fins. Desterro: Florianópolis, 2017.

DARDEL, E. *O Homem e a Terra*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DAVIS, J.; MOULTON, A.; SANT, L. V.; WILLIAMS, B. Anthropocene, Capitalocene, ...Plantationocene?: A manifesto for ecological justice in an age of global crises. *Geography Compass*, v.13, n.5, p.1-15, 2019.

DEMOS, T. J. *Decolonizing nature: Contemporary Art and the politics of ecology*. Sternberg press: Berlin, 2016.

FERDINAND, M. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: UBU editora, 2022.

HARAWAY, D.; ISHIKAWA, N.; GILBERT, S. F.; OLWIG, K.; TSING, A. L.; BUBANDT, N. Anthropologists are Talking – About the Anthropocene. *Ethnos*, v.81, n.3, p.535-564, 2016.

HOLZER, W. Mundo e lugar: ensaio de geografia fenomenológica. In: MARANDOLA JR., E; HOLZER, W.; LÍVIA, O. (Orgs.) *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2014.

HOLZER, W. Reflexões heréticas sobre a ecologia decolonial. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; BATISTA, G. S. (Orgs.) *Portais da Terra: contribuições dos estudos humanistas para a Geografia Contemporânea 1*. Teresina: EdUFPI, 2023, p.211-241.

JORONEN, M.; ROSE, M. Vulnerability and its politics: precarity and the woundness of power. *Progress in Human Geography*, v.44, n.5, p.1-17, 2020.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, A. *Futuro Ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LORIMER, H. Dear departed: Writing the lifeworlds of place. *Transactions of the Institute of British Geographies*, v.4, n.2, p.1-15, 2019.

LORIMER, J. The Anthro-po-scene: A guide for the perplexed. *Social Studies of Science*, v.47, n.1, p.1-26, 2016.

MARANDOLA JR, E. *Fenomenologia do ser-situado: crônicas de um verão tropical urbano*. São Paulo: Editora da UNESP, 2021.

MAXAKALI, I; MAXAKALI, S. Desta terra, para esta terra. *Caderno de leituras*, n.107, p.1-5, 2020.

MCKITTRICK, K. On plantations, prisons, and a black sense of place. *Social & Cultural Geography*, v.12, n.8, p.947-963, 2011.

MCKITTRICK, K. Plantation futures. *Small Axe*, v.42, n.11, p.1-15, 2013.

MOORE, J. W. *Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital*. London: Verso, 2015.

MYERS, N. How to grow livable worlds: ten not-so-easy steps. In: OLIVER-SMITH, K. (Org.) *The world to come: art in the age of the Anthropocene*. Gainesville: Samuel P Harn Museum of Art, 2018, p.53-64.

SIMPSON, M. The Anthropocene as colonial discourse. *Environment and Planning D: Society and Space*, v.38, n.1, p.53-71, 2020.

TOADVINE, T. Climate collapse, judgment day, and the temporal sublime. *Puncta: Journal of Critical Phenomenology*, v.4, n.2, p.127-143, 2021.

TRIGG, D. *The Memory of Place: a phenomenology of the uncanny*. Athens: Ohio University Press, 2012.

TSING, A. L. *The Mushroom at the End of The World: On the possibility of life in capitalist ruins*. Princeton University Press: Princeton, 2015.

WOLFORD, W. The Plantationocene: A lusotropical contribution to the theory. *Annals of the Association of Geography*, v.111, n.6, p.1-18, 2021.